



NEWSLETTER

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Edição Nº 11 setembro e outubro de 2022

INFORMAÇÕES NACIONAIS

UGT assinou Acordo de médio prazo de melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade

A propósito da assinatura do Acordo Tripartido, Mário Mourão, referiu que foram conseguidas "vantagens inegáveis para os trabalhadores", mas admitiu que ainda há um percurso pela frente.

"Uma caminhada que, por vezes, pode ser algo acidentada, em que a UGT vai estar permanentemente empenhada e continuará a monitorizar, com objetivos intransigentes de garantir a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, dos reformados, dos pensionistas", afirmou.

Em termos de formação, o Acordo prevê medidas como a avaliação e operacionalização do enquadramento fiscal próprio para bonificar ao trabalhador a frequência de formação profissional certificada, a implementar na vigência do Acordo e ainda Criação de um incentivo financeiro a instrumentos de formação à medida a implementar através dos Centros Protocolares do IEFP, I.P. e dos Centros de Gestão Direta dos Parceiros Sociais e do financiamento da formação profissional através de fundos do FCT, bem como o apoio a habitação para jovens trabalhadores.

ACORDO DE MÉDIO PRAZO DE MELHORIA DOS RENDIMENTOS, DOS SALÁRIOS E DA COMPETITIVIDADE



O Secretário-geral da UGT agradeceu à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, "o empenho e a resiliência" que mostrou nas negociações.

Aceda aqui ao texto do Acordo:

<https://www.ugt.pt/downloadcomunicados?comunicado=5284&file=506d0bea64f8f0fec33a26ed0004a022e15f7cbb>



UGT comemora 44 anos e apresenta estudo sobre sustentabilidade da Segurança Social e receitas alternativas



A UGT - União Geral de Trabalhadores assinalou 44 anos com uma Conferência comemorativa e a apresentação de um estudo sobre a Segurança Social “A sustentabilidade, a diversificação de fontes de financiamento e o desafio dos regimes profissionais em Portugal”. O Estudo, da autoria de Paulo Pedroso, do ISCTE-IUL, foi debatido por um painel de especialistas moderado por Sérgio Monte, Secretário-geral Adjunto da UGT, e contou com intervenções do antigo ministro do Emprego e Segurança Social, ex-Presidente do CES, José Silva Peneda e da Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Teresa Fernandes.

Mário Mourão, secretário-geral da UGT, destacou que «A sustentabilidade da Segurança Social é determinante para o futuro de todos os portugueses e, no dia em que comemorou 44 anos, a UGT considerou importante deixar o seu contributo através deste Estudo do ISCTE-IUL e de uma reflexão ponderada sobre o futuro».

O Estudo destaca que «O sistema de financiamento atual da Segurança Social, do sistema de pensões e reformas em particular, basicamente assente na Taxa Social Única, a incidir apenas sobre salários, tem de ser adaptado, pois foi concebido para tributar o trabalho humano, não contemplado sequer a existência de trabalho inteligente não humano».



Secretariado Nacional da UGT repudia atentado à liberdade sindical

O Secretariado Nacional da UGT de outubro manifestou o seu repúdio pelo atentado à liberdade sindical de que foram alvo duas dirigentes do SPZN, impedidas de realizar a sua atividade sindical num Agrupamento de Escolas de Fafe.

Leia o que se passou através do comunicado do SPZN:

No Agrupamento de Escolas Professor Carlos Teixeira em Fafe as dirigentes, no exercício das suas funções e devidamente identificadas como tal à entrada do recinto escolar, deslocaram-se ao interior do referido Agrupamento para procederem à colocação e distribuição de informação relativa à atividade sindical, designadamente sobre a promoção da Greve Nacional de Professores e Educadores agendada de dia 2 de novembro de 2022. Chegadas à Sala dos Professores, foram expulsas daquele espaço pelo Responsável dos Assistentes Operacionais, por ordem expressa do Diretor daquele Agrupamento.

O SPZN repudia o sucedido porquanto se tratou de uma clara objeção à liberdade sindical e, avizinhandose uma Greve, mais não foi do que uma tentativa de intimidação aos docentes, que se encontravam em grande número na sala dos professores, para os dissuadir na adesão à mesma.



Foi publicado o N° 71 da revista NOESIS, relativo ao mês de setembro de 2022

A nota de abertura desta edição de setembro, da responsabilidade do Ministro da Educação, João Costa, centra-se, naturalmente, na abertura de um novo ano escolar e na renovação e reinvenção a cada ano.



Olimpíadas Internacionais de Informática 2022

A 34.ª edição das Olimpíadas Internacionais de Informática (IOI) decorreu na Indonésia, entre 7 e 15 de agosto de 2022. Dois alunos portugueses receberam Menção Honrosa!



Olimpíadas Internacionais IESO

Portugal conquistou quatro medalhas de ouro, duas de prata e uma de bronze nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra 2022.

MOOC EUN - Codeweek Bootcamp



Este MOOC foi criado no âmbito da iniciativa Code Week e pretende, de um modo muito prático, fornecer aos docentes da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário ideias práticas, ferramentas e recursos para os ajudar a trazer a codificação e o pensamento computacional para a sala de aula, ficando capacitados para sensibilizar para a diversidade e a inclusão na codificação.

Mais notícias NOESIS...



Projeto INCLUDEED: para a inclusão linguística de migrantes e refugiados

O projeto INCLUDEED visa contribuir para a integração de populações de imigrantes e de refugiados nos países europeus, através do desenvolvimento de recursos para apoiar o ensino e a aprendizagem das línguas.

Concurso Kamishibai Plurilingue

O Laboratório de Educação em Línguas (LabELing), do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro, promove a 5.ª edição do Concurso Kamishibai Plurilingue em Portugal.



Foi publicado o N° 72 da revista NOESIS, relativo ao mês de outubro de 2022



A nota de abertura desta edição de setembro, da responsabilidade de Maria João Horta, Subdiretora - Geral da Educação, e versa sobre o tema da Educação Inclusiva, em especial sobre as condições necessárias para garantir que todos os alunos, independentemente das suas retaguardas e dos seus contextos, realizam aprendizagens de qualidade e significativas. Para tal, é imprescindível ter docentes e lideranças nas escolas tão bem preparados quanto possível. Docentes e lideranças que compreendam a importância de refletirem sobre as suas práticas, quer pedagógicas, quer organizacionais.

Curso de formação "Prevenção das Dependências Online de Crianças e Jovens"



Dia Global da Dignidade

O Dia Global da Dignidade comemora-se, desde 2008, em escolas de todo o mundo. Milhares de voluntários, com o apoio de professores e educadores, atuam como dinamizadores desta iniciativa, promovendo nas escolas debates em torno dos princípios da dignidade.

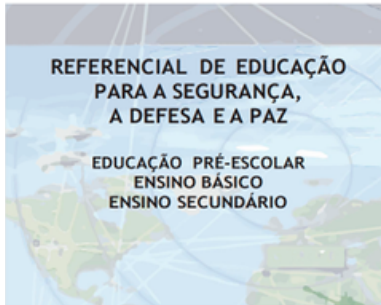
A Direção-Geral da Educação (DGE) promoveu o curso de formação "Prevenção das Dependências Online de Crianças e Jovens", em formato MOOC (Massive Open Online Course). Com este curso pretendeu-se sensibilizar para a temática do uso das tecnologias e dos ambientes digitais pelas crianças e pelos jovens, tendo-se destinado a professores, educadores, pais/encarregados de educação e forças de segurança.

Campanha "Cibersegurança nas Escolas" – Mês Europeu da Cibersegurança



A DGE, através do Centro de Sensibilização SeguraNet, e contando com o apoio do Centro Nacional de Cibersegurança, assinalou em outubro o mês Europeu da Cibersegurança.

Mais notícias NOESIS...



Referencial de Educação Para a Segurança, a Defesa e a Paz

O Referencial de Educação Para a Segurança, a Defesa e a Paz foi elaborado numa parceria entre a DGE, o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).



Apoyo a Novos Profesores

A Direção-Geral da Educação (DGE) reuniu um conjunto de informações e irá implementar atividades de apoio dirigidas especificamente a novos docentes, que se pretende sejam um complemento ao trabalho de integração já realizado pelas escolas.



ABC do Ambiente

Em sintonia com o Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória e com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, apresentamos o "Livro" O ABC do Ambiente, que estará dividido por capítulos, correspondendo cada um, a uma letra do alfabeto.



Plataforma PAP

A ANPRI disponibiliza a Plataforma PAP Inspire, que reúne um número considerável de relatórios de Provas de Aptidão Profissional (PAP) na área de software, artefactos (robótica, eletrónica, hardware, entre outros) e multimédia.

Programa Qualifica - Lançamento da campanha «Agarre em si e melhore o seu futuro»



Começou a campanha de promoção do Programa Qualifica, «Agarre em si e melhore o seu futuro». O objetivo essencial da campanha é incentivar e motivar os adultos a concluir os seus percursos formativos ou escolares, de forma a melhorarem as suas qualificações e as suas condições de empregabilidade.

Aceda à campanha através das seguintes hiperligações:

Vídeos: <https://youtu.be/zkZ7F0fZwB8> | <https://youtu.be/aeVej0fH7Lk> | <https://youtu.be/r753srFvqxA> | <https://youtu.be/Q85wcy74ATE>



Atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)



No âmbito do Concurso Público Internacional realizado para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), a ANQEP iniciou as primeiras reuniões com as entidades selecionadas no âmbito do concurso.

Ao todo são 21 os setores de atividade abrangidos. A atualização do CNQ visa a realização de estudos de diagnóstico de necessidades de qualificações e competências, de âmbito setorial, bem como a conceção dos respetivos referenciais de competência e instrumentos de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais (RVCC Profissional). O CNQ é um instrumento de gestão estratégica das qualificações de nível não superior - níveis 2, 4 e 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) - e de regulação das respetivas modalidades de dupla certificação e dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências que existem, em Portugal, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações. Entre os seus objetivos, estão a produção de qualificações e de competências críticas para a competitividade e modernização da economia e para o desenvolvimento pessoal e social das pessoas e o desenvolvimento de um quadro de qualificações legível e flexível que favoreça a comparabilidade das qualificações a nível nacional e internacional.

Este trabalho de atualização do Catálogo é desenvolvido em grande parte no seio dos Conselhos Setoriais para a Qualificação, dos quais a UGT faz parte, através dos seus sindicatos, nos diferentes setores de atividade representados.

394

QUALIFICAÇÕES

3818

UNIDADES DE COMPETÊNCIA

8617

UNIDADES DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

Mais de
839 mil
inscrições no
Programa Qualifica

41%
dos jovens
em cursos de
dupla certificação

391
qualificações

316
Centros Qualifica



A equipa de Portugal

Da esquerda para a direita: Jorge Ferreira, mentor, os alunos Pedro Santos (Escola Secundária Santa Maria Maior), Ricardo Campos (Escola Secundária Figueiró dos Vinhos), Gonçalo Certo (Escola Secundária. D. Afonso Henriques) e Pedro Peixoto (Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves) e o mentor Álvaro Pinto.

Olimpíadas Internacionais IESO 2022 - Medalhas de ouro, prata e bronze para Portugal

Portugal conquistou quatro medalhas de ouro, duas de prata e uma de bronze nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra 2022, cuja sessão de encerramento, com a divulgação dos prémios, ocorreu ainda na modalidade online.

Este evento foi da responsabilidade da International Geosciences Education Organization e, em Portugal, teve como promotora a Sociedade Geológica de Portugal, através da Comissão Nacional para as Olimpíadas de Geologia.

A participação portuguesa foi a melhor de sempre. Apreciadas as classificações individuais da prova *Data Mining Test* (considerada a "prova rainha"), a posição global de Portugal saldou-se por um prestigioso 3.º lugar - apenas superado pelos Estados Unidos e pela Austrália -, com três medalhas de ouro e uma de prata.

Na prova *Earth System Project*, o nosso país obteve ainda uma medalha de ouro, uma de prata e uma de bronze.

Portugal concorreu ainda na prova prática de grupo, a *National Team Field Investigation*, arrecadando uma medalha de bronze.

A 21.ª edição da Semana Europeia da Mobilidade 2022 realizou-se entre 16 e 22 de setembro, com o tema central "Melhores ligações".

Esta iniciativa constitui uma oportunidade para testar novas formas de mobilidade, fazer o balanço dos desafios atuais da mobilidade e consciencializar para a necessidade da implementação de uma mobilidade mais sustentável assente sobretudo na mudança de comportamentos e de atitudes face à mobilidade ativa.

A Semana Europeia da Mobilidade assenta numa parceria entre redes de autoridades locais e especialistas em mobilidade e comunicação, coordenadores nacionais (representantes de Ministérios e Agências Nacionais) e a Comissão Europeia.

Em Portugal, esta iniciativa é coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Para mais informações poderá consultar a página oficial da iniciativa, a página da Agência Portuguesa do Ambiente e aceder à lista de municípios portugueses aderentes.

Semana Europeia da Mobilidade 2022



Desporto Escolar sobre rodas

Primeiros Kits de bicicletas chegam às escolas

O projeto “Desporto Escolar sobre rodas” (“DE sobre rodas”) chegou às escolas no arranque deste ano letivo 2022/23, com o início da distribuição de bicicletas em todos os estabelecimentos de ensino públicos do país com 2.º ciclo do ensino básico, numa iniciativa conjunta do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e do Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação.

O “DE sobre rodas” surgiu em 2019 para dar resposta aos contributos do desporto e da educação para a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC). Esta estratégia assenta na urgente necessidade de mudança de comportamentos da população escolar para a mobilidade sustentável e responsável, nomeadamente, garantindo que todas as crianças possam, na sua escola, aprender a pedalar em segurança, potenciando esta forma de mobilidade ativa e suave, bem como promovendo uma cidadania rodoviária no uso partilhado e responsável do espaço público.

O Ministério da Educação tem vindo a criar, de forma transversal, as condições de suporte para o projeto “DE sobre rodas” ser desenvolvido dentro das escolas, por professores qualificados, num trabalho regular e semanal, com um modelo pedagógico de âmbito nacional, alicerçado num manual de apoio ao professor e ao técnico qualificado e que, prioritariamente, assenta em três pilares: (1) Ensino-aprendizagem “Saber andar de bicicleta”; (2) Educação Rodoviária; (3) Educação para a Cidadania. Pretende-se, também, que as atividades deste projeto sejam desenvolvidas de forma transversal em cada Agrupamento de Escolas ou Escolas Não Agrupadas, em articulação curricular com a Autonomia e Flexibilidade Curricular e os Planos de Inovação, por forma a chegar a um número de alunos cada vez maior, desenvolvendo simultaneamente dinâmicas entre a comunidade escolar e a comunidade local.

A entrega do material velocipédico por parte do Instituto Português do Desporto e da Juventude ocorrerá, de forma faseada, a partir de setembro de 2022 e terminará em 2024, contando com a supervisão da Direção-Geral da Educação (através da Estrutura do Desporto Escolar), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, para a execução do objetivo: Alargar o Desporto Escolar à comunidade, incluído no Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (SUAVA).

Cada estabelecimento de ensino receberá dois (2) Kits de material velocipédico (3 bicicletas roda 16”; 3 bicicletas roda 20”; 3 bicicletas roda 24”; 1 bicicleta roda 26” e 10 capacetes). Os 259 estabelecimentos de ensino que irão receber estes Kits já em 2022 foram já informados sobre a entrega do material velocipédico e os procedimentos específicos a adotar.



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação Emprego + Digital



A medida Formação Emprego + Digital, integrada no Programa Emprego + Digital 2025, aprovado pela Portaria n.º 246/2022, de 27 de setembro, visa a formação e requalificação na área digital de trabalhadores de empresas e de entidades da economia social, contribuindo para fomentar a respetiva transformação digital destas entidades empregadoras, bem como para a melhoria das competências e das qualificações individuais de cada um dos envolvidos nos projetos de formação profissional.

Esta medida assenta na realização de um conjunto de projetos formação definidos em função das necessidades dos trabalhadores a que os mesmos se destinam e do respetivo setor de atividade.

Quem pode frequentar a formação

Os trabalhadores, independentemente do seu nível de proficiência digital:

- de empresas que integrem as organizações associadas das confederações patronais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social;
- filiados em organizações sindicais associadas de confederações sindicais com assento na Comissão permanente de Concertação Social;
- das entidades da economia social;
- de quaisquer outras entidades empregadoras.

São considerados prioritários os trabalhadores que se encontrem numas das seguintes situações:

- que participem nos processos de transformação digital das empresas ou organizações do setor da economia social;
- que detenham baixos níveis de proficiência digital, nos termos do Quadro Dinâmico de Referência para a Competência Digital (QDRCD);
- que se encontrem em risco de desemprego, nomeadamente decorrente do impacto da introdução das tecnologias nos processos produtivos e de gestão das empresas, ou em situação de subemprego, com vista à sua reconversão profissional;
- do sexo sub-representado na profissão exercida, nos termos previstos no Código do Trabalho.
- As entidades da Administração Pública não são aqui consideradas

Mais informações em:

<https://www.iefp.pt/formacao-emprego-digital>



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Projeto-piloto Semana de 4 Dias

Portugal promove um Estudo Piloto sobre a Semana de Quatro Dias de Trabalho, a realizar durante seis meses em empresas do setor privado, com o objetivo de avaliar os impactos desta modalidade de gestão do horário laboral, nas empresas, nos trabalhadores e nas suas famílias.

A semana de quatro dias como prática de gestão – sem corte de salário e com redução de horas semanais (distinta do trabalho a tempo parcial ou da semana concentrada) – tem sido adotada por diversos países com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade, bem como promover o bem-estar dos trabalhadores reduzindo, por exemplo, o stress e o burnout.

Embora existam empresas que já funcionam com uma semana de quatro dias, ainda que em número reduzido e, muitas vezes, sem abranger a totalidade dos trabalhadores da empresa, não existem dados sobre a implementação da semana de quatro dias no contexto português.

Mais informações em:

<https://www.iefp.pt/projetos-e-iniciativas?tab=programa-piloto-semana-de-4-dias>



Programa-Piloto Semana de 4 Dias

Experiência-Piloto 2023 – principais características

Experiência-piloto de seis meses, voluntária e reversível

Sem contrapartida financeira

Estado oferece suporte técnico e administrativo para apoiar a transição

Fases do projeto e calendarização

Previamente ao arranque do Estudo piloto nas empresas, cujo início está calendarizado para o **2.º semestre de 2023**, está prevista a divulgação do projeto e a seleção das empresas que vão participar.

No âmbito da divulgação do projeto junto das empresas, serão promovidas diversas sessões de esclarecimento, com início ainda em 2022. No final dos seis meses, está previsto existir um período de reflexão de um mês, para que as empresas decidam se vão manter a nova organização, voltar à semana de cinco dias, ou adotar um modelo híbrido.

A participação no projeto será aberta a todas as empresas do setor privado que queiram participar no estudo piloto. A participação implica **redução das horas de trabalho semanais, mantendo o salário**. Esta medida deverá, preferencialmente, abranger a grande maioria dos trabalhadores da organização. A participação é voluntária e reversível. Deste modo, as empresas ou organizações que se registarem no estudo, poderão desistir do projeto a qualquer momento.

INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

Education at a Glance 2022



Education at a Glance é a fonte oficial de dados sobre o estado da educação em todo o mundo, apresentando informações sobre a estrutura, as finanças e o desempenho dos sistemas educativos nos países da OCDE e nas economias parceiras. Esta publicação contém mais de 100 gráficos e tabelas – bem como muito mais dados disponíveis online que apresentam informações importantes sobre a produção de instituições educativas, o impacto da aprendizagem entre os países; acesso, participação e progressão na educação; os recursos financeiros investidos em educação; professores, ambiente de aprendizagem e a organização das escolas.

A edição de 2022 foca-se na educação superior, observando o aumento da conclusão do ensino superior e os benefícios

associados para os indivíduos e para as sociedades. Também considera os custos da educação superior e de que forma os gastos com a educação são divididos entre o estado e os indivíduos. Um capítulo específico é dedicado à crise do COVID e à mudança da gestão de crises para a recuperação. A edição deste ano é complementada com dois novos indicadores sobre o desenvolvimento profissional de professores e diretores escolares e sobre o perfil do pessoal académico.

Aceda aqui a esta publicação:

<https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>

Esta crise está a ser impulsionada por lucros excessivos – não por salários.

Os salários não são a causa da inflação. Os trabalhadores são as vítimas desta crise, com o valor de seus salários a cair enquanto os preços dos bens de uso diário sobem, o que está a aumentar as desigualdades existentes, em que os trabalhadores com baixas remuneração e as pessoas mais vulneráveis são os mais atingidos.

Empregadores, governos e a UE têm a responsabilidade de tomar medidas urgentes para enfrentar a crise do custo de vida, garantindo aumentos salariais, apoios de emergência para famílias em dificuldades, tetos máximos de preços, tributação e redistribuição de lucros e riquezas excedentes.

É por isso que os trabalhadores e os seus sindicatos em toda a Europa estão a reivindicar um plano de seis pontos para enfrentar a crise do custo de vida e construir uma economia que atenda aos trabalhadores.

Exigimos:

- Aumentos salariais para atender ao aumento do custo de vida e garantir que os trabalhadores recebem uma parcela justa dos ganhos de produtividade, bem como medidas para promover a negociação coletiva como a melhor forma de obter salários justos e uma economia sustentável.
- Pagamentos direcionados a pessoas que lutam para pagar suas contas de energia, colocar comida na mesa e pagar o aluguel; o direito à alimentação e a um lar aquecido são direitos humanos e devem ser protegidos. Não se pode esperar que pessoas em situação de pobreza paguem contas inacessíveis. Deve haver uma proibição de desconexões.
- Preços máximos especialmente para o custo das contas de energia e um imposto estanque sobre lucros excessivos de empresas de energia e outras, de forma a garantir que não sejam autorizados a especular nesta crise, juntamente com outras medidas para impedir o lucro, como reduzir os dividendos e evitar a especulação sobre os preços dos alimentos.
- Medidas nacionais e europeias de apoio anticrise para proteger rendimentos e empregos na indústria, serviços e setor público, incluindo medidas do tipo SURE para proteger empregos, rendimentos e financiar medidas sociais para fazer face a esta crise e processos de transição justa.
- Reformar o funcionamento do mercado de energia da UE. Reconhecer que a energia é um bem público e investir para combater as causas profundas da crise, como o subinvestimento em energia verde e as consequências da privatização.
- Um lugar à mesa para os sindicatos conceberem e implementarem medidas anticrise através do diálogo social. Este é o método comprovado para gerir crises com sucesso.

Os governos e a UE não podem ficar de fora desta crise. O preço da inação ou da adoção de uma resposta errada, como aumento das taxas de juros, congelamento de salários ou retorno à fracassada agenda de austeridade, será catastrófico.



Aceda aqui a esta publicação:

<https://action-europe.org/end-cost-living-crisis-increase-wages-tax-profits-0>

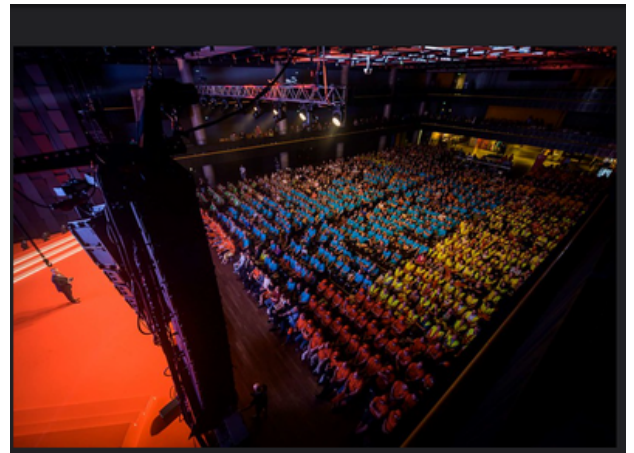


Tanto as edições de setembro como de outubro se centram no aumento de preços que a Europa tem vindo a enfrentar. Os lucros aumentam, enquanto os salários caem e milhões de trabalhadores lutam para sobreviver. Os sindicatos europeus estão a mobilizar-se em toda a Europa para exigir soluções concretas e imediatas para acabar com a crise do custo de vida.



Para além do Plano de 6 pontos de ação, a CES apresenta ainda sobre este tema:

- Um Vídeo da secretária-geral adjunta da CES, Esther Lynch, em ação em Estrasburgo
- Um artigo do antigo Secretário-geral da CES, Luca Vicentini, "Emergência de custo de vida: a Europa precisa de medidas radicais"
- Fotos da ação da CES em Estrasburgo - Vídeo
- Fotos de ações sindicais em toda a Europa



Protesto pela Proibição de estágios não remunerados no Parlamento Europeu



À medida que o “Ano Europeu da Juventude” chega ao fim sem nenhuma ação concreta, jovens sindicalistas protestaram hoje no Parlamento Europeu pela proibição de estágios não remunerados.

A CES usou uma roda da fortuna para mostrar como os jovens têm sorte – ou na maioria dos casos, privilégios – para conseguir um estágio de qualidade.

Faixas com os dizeres “a motivação não vem com o estômago vazio” e “tem dinheiro para trabalhar de graça?” marcaram presença na manifestação que também contou com o apoio do Fórum Europeu da Juventude.

O Parlamento Europeu votou de forma esmagadora pela proibição de estágios não remunerados no início deste ano. A questão está no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023, mas a CES está a fazer campanha no sentido de garantir que a Comissão entregue uma diretiva vinculativa.

O primeiro passo deverá ser uma consulta aos parceiros sociais, que deverá ter início o mais rápido possível.

O Secretário Confederal da CES, Ludovic Voet, declarou que os estágios não remunerados são uma prática discriminatória que poucos podem pagar e muitos mais são deixados para trás, mas o dinheiro não é o único fator, para um estágio ser justo. Para além disso, deve tratar-se de uma remuneração justa e tem que garantir um tratamento justo após o término dessa experiência profissional. O Ano Europeu da Juventude está quase a terminar e não há nenhuma ação ou medida vinculativa que garanta melhorias concretas na situação dos jovens. Um estágio de qualidade não deve ser um golpe de sorte. A Comissão precisa de garantir que o Ano Europeu da Juventude tenha um legado positivo, apresentando uma diretiva sobre estágios de qualidade.

Cimeira Social da UE: Risco Real de uma recessão profunda

Luca Visentini, Secretário-Geral da CES, disse a Ursula Von der Leyen e Charles Michel que a UE deve:

- Introduzir uma medida de emergência como o SURE durante a pandemia para proteger empresas, empregos e renda dos trabalhadores das crises de custo de vida e energia.
- Acordar limites de preços, especialmente nas contas de energia, e impostos sobre lucros excedentes.
- Insistir que a Ucrânia respeite as regras da UE, particularmente o estado de direito e o diálogo social, no seu processo de adesão à UE (que a CES apoia).

Ao lado dos Presidentes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu estiveram presentes o Primeiro-Ministro da República Checa e o Ministro do Trabalho de Espanha.

Luca Visentini alertou para “o ressurgimento do nacionalismo e do egoísmo nacional” e criticou os países mais ricos por “introduzirem medidas de apoio apenas para os seus próprios cidadãos e empresas, ao mesmo tempo que se opõem a quaisquer instrumentos comuns a nível da UE” e ainda para o “risco real de uma recessão longa e profunda”; destacou o “preço da inação ou da resposta errada” e alertou ainda para o perigo das “subidas de juros, do congelamento de salários ou do retorno à austeridade”.

Adotado Parecer da CES sobre o Pacote sobre Competências e Talento da Comissão



A reformulação da Diretiva dos Residentes de Longa Duração (RLD) visou a criação de um sistema mais eficaz, coerente e justo para adquirir o status RLD da UE, em particular reforçando o direito de estes cidadãos se poderem mover e trabalhar em noutro Estado Membro. A CES acolhe e apoia a revisão da RLD, como oportunidade para reforçar o estatuto conferido aos residentes.

A CES congratula-se com a nova disposição relativa à obrigação dos Estados-Membros de não aplicar as condições relativas à integração para efeitos de reagrupamento familiar e de não aplicar em qualquer limite de acesso ao mercado de trabalho para membros da família.

Relativamente ao âmbito de duração da Diretiva, a CES entende que permanece demasiado restrito e pouco claro. A CES considera ainda que a mobilidade dentro da UE deveria ser facilitada e tornar-se mais conveniente para os titulares desta autorização, garantindo maior harmonização no tratamento das pessoas que se deslocam de um EM para outro; o mesmo se deverá aplicar aos serviços e direitos disponibilizados aos RLD e respetivas famílias, nomeadamente o tratamento fiscal, segurança social e a proteção social.

Aceda aqui ao Parecer na íntegra:

<https://www.etuc.org/sites/default/files/document/file/2022-11/EN-ETUC%20Position%20on%20the%20European%20Commission%20Skills%20and%20Talent%20Package%20adopted.pdf>

A Comissão Europeia proclamou 2023 como o Ano Europeu das Competências para empregos de qualidade ou empregos precários? A posição da CES

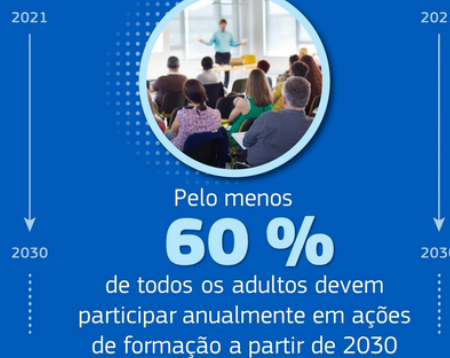
Após o ano da juventude em 2022, a Comissão Europeia decidiu colocar o foco nas competências para 2023. O desafio das competências é obviamente de suma importância para o movimento sindical, mas esperamos resultados e resultados concretos políticas, não declarações de boas intenções. Os trabalhadores ferroviários viram pouca ou nenhuma melhora em suas difíceis condições de trabalho e os trabalhadores jovens são os mais afetados por crises consecutivas.

O maior problema reside nas más condições de trabalho (baixos salários, contratos precários, desrespeito, jornada de trabalho incompatível com a conciliação entre vida pessoal e profissional, falta de capacitação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores). Se o Ano Europeu das Competências não olhar para esse lado da moeda, ficará claro que o ônus recai sobre os trabalhadores, não sobre as empresas.

Em lugar de se pretender de incluir mais mulheres e jovens trabalhadores no mercado de trabalho há lhes conceder contratos sem termo, proteção social universal e serviços públicos de qualidade.

Quanto ao foco em atrair nacionais de países terceiros com as competências necessárias para a UE é altamente problemático na promoção de uma abordagem de fuga de cérebros e não responde às necessidades dos trabalhadores europeus.

Objetivo social da UE para 2030 no que toca às competências



#EuropeanYearOfSkills

«O número de pessoas desempregadas nunca foi tão baixo como agora. Isso é positivo! Ao mesmo tempo, o número de ofertas de emprego atinge um nível recorde. A Europa carece de camionistas, empregados de mesa e trabalhadores aeroportuários, bem como de enfermeiros, engenheiros e técnicos de TI. É por esta razão que proponho que 2023 seja o Ano Europeu das Competências.»



Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia
Discurso sobre o Estado da União



#SOTEU

Com o Ano Europeu das Competências, apoiaremos o desenvolvimento de competências e a aprendizagem ao longo da vida:

- ➔ investindo na formação e obtenção das competências adequadas
- ➔ cooperando com os parceiros sociais e as empresas
- ➔ adequando as competências das pessoas às oportunidades no mercado de trabalho
- ➔ atraindo pessoas de países terceiros com as competências necessárias



#EuropeanYearOfSkills

Os fundos da UE investem nas competências

- ➔ **Fundo Social Europeu Mais (FSE+)** disponibiliza um orçamento de mais de 99 mil milhões de euros para 2021-2027
- ➔ **Mecanismo de Recuperação e Resiliência** apoia os investimentos dos Estados-Membros em competências e empregos
- ➔ **Programa Europa Digital** com 580 milhões de euros, ajuda a melhorar as competências digitais
- ➔ **Horizonte Europa** fomenta as competências de investigadores, empresários e inovadores
- ➔ **Erasmus+** tem um orçamento de 26,2 mil milhões de euros, nomeadamente para ensino e formação profissionais

#EuropeanYearOfSkills

Para ter sucesso nessa transição, a antecipação das necessidades de competências será de suma importância. A confiança nos trabalhadores no processo também serão fundamentais. Se a narrativa é sobrecarregar os trabalhadores de se prepararem para mudar de um emprego para outro, tememos que isso não os convença. Nesse sentido, requalificar trabalhadores para os manter na mesma empresa é a política mais tranquilizadora. Também é essencial que as empresas garantam que as competências adquiridas não sejam perdidas. Quando isso não é possível na mesma empresa e é necessária a transição de posto de trabalho, é fundamental manter os trabalhadores no mesmo setor e dar-lhes tempo suficiente para a reconversão, sem perdas financeiras para o trabalhador. Os sindicatos estão dispostos a contribuir para este desafio, nas empresas, nos setores, a nível regional, nacional e europeu. O foco excessivo na incompatibilidade de competências é um erro.

As empresas europeias não necessitam de trabalhadores qualificados, mas antes falharam em oferecer empregos de qualidade.



Dia Mundial da Criança: Declaração Conjunta da Comissão Europeia e da Alta Representante

33 anos após a assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, destacamos o facto de os direitos da criança constituírem direitos humanos universais. O Ano Europeu da Juventude tem sido fundamental para garantir que as preocupações e necessidades das crianças e dos jovens permaneçam no centro da formulação de políticas da UE. A UE está empenhada em garantir a proteção, promoção e cumprimento dos direitos da criança.



Todas as crianças, independentemente de sua origem, contexto socioeconómico, raça, género, orientação sexual ou competências, têm acesso exatamente ao mesmo conjunto de direitos e proteção.


Na UE, uma em cada quatro crianças continua em risco de pobreza e exclusão social. A Garantia Europeia da Criança garante o acesso gratuito e efetivo das crianças carenciadas à educação e cuidados na primeira infância, educação e atividades escolares, refeições escolares saudáveis, cuidados de saúde, bem como acesso efetivo a nutrição saudável e habitação adequada. Em pleno reconhecimento do papel fundamental que as crianças e os jovens desempenham como agentes de mudança, estamos a criar mais espaço para as crianças e a participar significativamente na nossa tomada de decisões, através da criação de uma Plataforma de Participação das Crianças da UE.

Em todo o mundo, as crianças estão online mais cedo e permanecem online por mais tempo. Para garantir a sua proteção, empoderamento e respeito, lançamos uma nova estratégia para uma Internet Melhor para Crianças. Em maio, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento sobre prevenção e combate ao abuso sexual infantil para estabelecer uma obrigação legal para que as empresas detetem, denunciem e removam material de abuso sexual infantil das suas redes. De forma a reforçar o nosso envolvimento com crianças e jovens em todo o mundo e ajudar a ampliar o seu papel na formação do futuro de suas sociedades, lançamos o primeiro **Plano de Ação para Jovens na Ação Externa da UE**.

Metade de todas as crianças em todo o mundo sofre algum tipo de violência e as crianças são as primeiras vítimas de guerras, crises, desastres e mudanças climáticas. A UE deu prioridade à prevenção de violações graves contra crianças afetadas por conflitos armados, à sua reintegração efetiva e à segurança de escolas e comunidades.

Na Ucrânia, a agressão ilegal da Rússia está a ter um impacto devastador nas 7,5 milhões de crianças do país. Em resposta, a UE está a fornecer informações e apoio educativo para garantir que os alunos na Ucrânia e os recém-chegados aos Estados-Membros da UE lhes possam aceder.

Em todo o mundo, a UE continua a ser uma voz de liderança na área da educação em situações de emergência e crises prolongadas, com 10% da nossa ajuda humanitária e 10% do financiamento para parcerias internacionais ao abrigo do NDICI a apoiar a educação. A UE também é um dos principais contribuintes para programas globais de combate à violência contra meninas e temos uma política de tolerância zero em relação ao trabalho infantil.



Programa de intercâmbio Erasmus completa 35 anos com 13 milhões de participantes

A Comissão Europeia assinalou o 35.º aniversário do programa de intercâmbio de estudantes e profissionais, numa altura em que 13 milhões de participantes já realizaram mobilidade desde a criação desta iniciativa.

No ano da sua criação, o programa Erasmus proporcionou oportunidades de mobilidade de aprendizagem a 3.000 estudantes universitários, número que não se compara com os atuais 13 milhões de participantes, ao longo destes 35 anos.

Para o período 2021-2027, o Erasmus+ tem um orçamento estimado de 26,2 mil milhões de euros, que quase duplicou em comparação com o programa anterior (2014-2020), numa verba também agora completada por cerca de 2,2 mil milhões de euros do instrumento de cooperação externa da UE.

Ao longo dos anos, o Erasmus+ passou de ser apenas dirigido a estudantes universitários para, hoje em dia, permitir oportunidades de cooperação e mobilidade para alunos e professores, no ensino e formação profissional, ensino superior e educação de adultos, bem como projetos para formandos, jovens, trabalhadores juvenis e mesmo (a partir de 2023) treinadores desportivos.

Em 2014, o nome da iniciativa mudou para Erasmus+ para assinalar o alargamento do programa a todos os domínios da educação, bem como à juventude e ao desporto e, já em 2021, registou-se uma nova expansão do âmbito geográfico e setorial, apesar da situação sanitária adversa.



European
Commission

Eurydice

RELATÓRIOS COMPARATIVOS



Escolaridade obrigatória na Europa 2022/2023

Esta ficha informativa centra-se na duração da educação/formação obrigatória na Europa. Destaca as idades de entrada e saída e distingue as noções de escolaridade/formação obrigatória a tempo inteiro e a tempo parcial. A informação está disponível para 39 sistemas educativos europeus, abrangendo 37 países que participam no programa Erasmus+ da UE.

Aceda a esta publicação aqui:

<https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/media/2837/download>

A Estrutura dos sistemas educativos na Europa 2022/2023

Este relatório apresenta uma informação esquemática sobre a estrutura dos sistemas educativos nos países europeus, desde o nível pré-primário ao nível superior. Inclui diagramas nacionais, um guia de leitura dos diagramas e um mapa que mostra os principais modelos de organização do ensino primário e secundário. A informação está disponível para 39 sistemas educativos europeus, abrangendo 37 países participantes no programa Erasmus+.

Aceda a esta publicação aqui:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/2b9800c8-4aa3-11ed-92ed-01aa75ed71a1>



O Ensino da Informática nas escolas da Europa



Foi divulgado o relatório ***O Ensino da Informática nas escolas da Europa***, documento que contribui para a construção de um entendimento comum sobre o ensino da informática, uma vez que resulta da análise comparativa das abordagens curriculares e dos resultados de aprendizagem dos alunos dos diversos ciclos de ensino, em toda a Europa. Além disso, aborda aspetos relacionados com as qualificações dos professores, as oportunidades de formação e outras medidas de apoio.

Aceda a esta publicação aqui:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c2fcfd3c-438e-11ed-92ed-01aa75ed71a1>

Ensinar e aprender nas escolas da Europa durante a pandemia do Covid-19

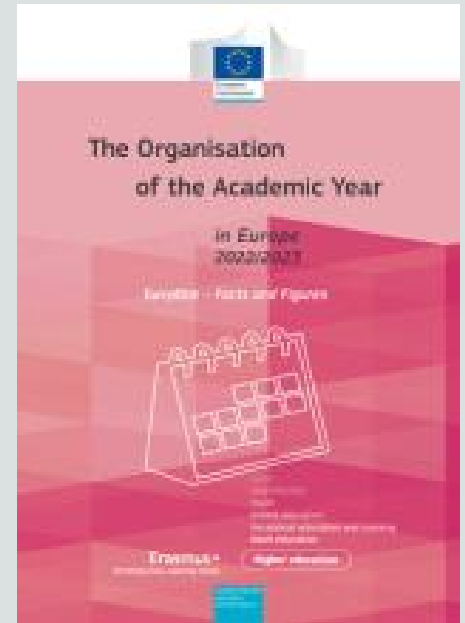
Escolas e alunos em toda a Europa foram fortemente afetados pelas medidas tomadas por diferentes autoridades para limitar a propagação da pandemia de COVID-19. Embora o encerramento total de escolas tenha sido bastante raro e de duração relativamente curta, a rápida mudança para o ensino a distância ou misto revelou grandes diferenças nos níveis de digitalização entre os países, bem como nas capacidades digitais de escolas, professores e alunos.

Este relatório apresenta uma breve visão sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na organização da educação escolar e analisa as principais respostas políticas implementadas pelos sistemas educacionais europeus para enfrentar as dificuldades emergentes no ensino e na aprendizagem. Os resultados destacam, nomeadamente, a importância de oferecer aos alunos aulas de reforço em pequenos grupos ou ensino diferenciado para ajudar aqueles que enfrentam dificuldades devido ao ensino a distância. Ao mesmo tempo, o estudo também mostra como, em muitos lugares, a mudança repentina para o ensino a distância serviu de impulso importante para a aceleração da digitalização escolar.



A Organização do Ano Escolar na Europa 2022/2023

O calendário académico apresenta dados nacionais sobre a forma como o ano letivo está estruturado (início do ano letivo, períodos letivos, férias e períodos de exames). As diferenças entre programas de estudo universitários e não universitários também são destacadas. A informação está disponível para 37 países.



Salários e Subsídios de Professores e Dirigentes Escolares na Europa - 2020/2021



A remuneração e a perspetiva de carreira dos professores fazem parte intrínseca das políticas que visam atrair os melhores candidatos e garantir a sua permanência na profissão. Os professores na Europa são bem pagos? Que perspectivas de aumentos salariais têm à medida que progridem na carreira? Os professores ganharam ou perderam poder de compra nos últimos anos? Este relatório mostra a composição e as diferenças nos rendimentos dos professores entre os países da Rede Eurydice.

Fornecer informações sobre os salários legais e efetivos, bem como sobre os subsídios que os professores e os diretores das escolas recebem. Também analisa a perspetiva dos professores de progressão salarial ao longo da carreira.

As fichas de país e os dados usados para o relatório comparativo estão disponíveis em formato de dados abertos.

Aceda a esta publicação aqui:

<https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/media/2830/download>



CEDEFOP

European Centre for the Development
of Vocational Training

Aceda a esta publicação aqui:

https://www.cedefop.europa.eu/files/9173_en.pdf

Aceda a esta publicação aqui:

https://www.cedefop.europa.eu/files/9174_en.pdf



Desafiar os mitos digitais

Este resumo de políticas apresenta as primeiras conclusões do segundo inquérito europeu sobre competências e empregos do Cedefop (ESJS2).

O ESJS2 pesquisou amostras representativas de trabalhadores adultos da UE+ sobre requisitos de competências profissionais, digitalização no trabalho, desajustamento de competências e formação no local de trabalho. Apresenta ainda evidências atualizadas sobre como a digitalização acelerou nos mercados de trabalho da UE durante a pandemia.

Este resumo identifica grupos de trabalhadores afetados pela automação de tarefas e lacunas de competências digitais que precisam de qualificação ou requalificação direcionada e defende uma abordagem centrada no ser humano e empoderadora para a adoção da tecnologia digital.

Edição de setembro de 2022 da Skillset and match, a revista do Cedefop

Esta edição da revista tenta identificar vencedores e perdedores da transição digital da Europa, à luz das mudanças trazidas pela pandemia, com base nas conclusões da segunda pesquisa europeia de competências e empregos do Cedefop.

Ainda nesta edição, uma entrevista com Xavier Matheu, diretor interino da Fundação Europeia de Formação (ETF) que esclarece a colaboração da ETF com o Cedefop em vários projetos, nomeadamente nas políticas da União Europeia destinadas a aliviar a situação dos refugiados da guerra em Ucrânia;

Apresenta-se ainda uma análise dos dados do PISA 2018, que mostra as competências e aspirações dos estudantes ucranianos em comparação com os seus homólogos da UE, uma reportagem sobre um programa piloto na Grécia, organizado pela federação de empregadores do país e financiado por entidades privadas, que promove a qualificação de modo a articular as necessidades das empresas e as ambições dos alunos e ainda uma retrospectiva dos últimos oito anos desta publicação.

Professores e formadores num mundo em mudança

O desenvolvimento profissional dos formadores está no centro de uma EFP de alta qualidade e inclusiva. Com base nas conclusões das perspectivas temáticas do Cedefop/ReferNet para os Estados-Membros da UE, Noruega e Islândia, este relatório de síntese identifica tendências recentes e desenvolvimentos políticos na Europa sobre o desenvolvimento profissional inicial e contínuo de professores e formadores de EFP. O relatório reflete sobre o papel complexo e evolutivo dos diferentes tipos de professores e formadores de EFP na Europa no domínio das novas tecnologias, no apoio à integração dos refugiados, na identificação e apoio dos alunos em risco de abandono precoce e na compreensão das necessidades em mudança do mercado de trabalho, para capacitar e equipar os alunos com competências para o futuro. O relatório finaliza com mensagens-chave para a conceção de políticas eficazes na Europa.



Aceda a esta publicação aqui: https://www.cedefop.europa.eu/files/5586_en.pdf



CEDEFOP

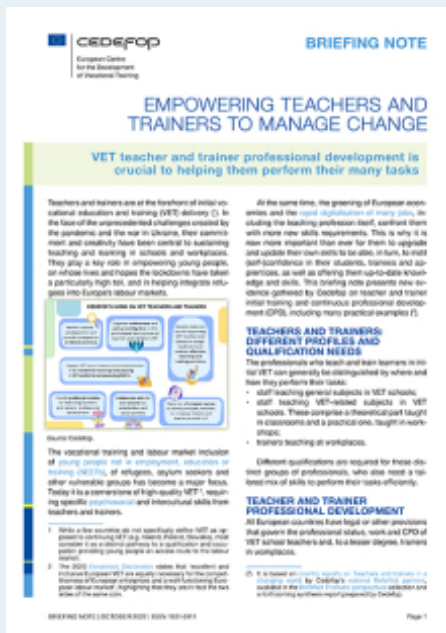
European Centre for the Development of Vocational Training

CAPACITAR PROFESSORES E FORMADORES PARA GERIR A MUDANÇA

O desenvolvimento profissional de professores e formadores de EFP é crucial para os ajudar a desempenhar as suas diversas tarefas.

Os professores e formadores estão na vanguarda da educação e formação profissional inicial (EFP). Face aos desafios sem precedentes criados pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, o seu empenho e criatividade têm sido centrais para manter o ensino e a aprendizagem nas escolas e nos locais de trabalho. Desempenham um papel fundamental na capacitação dos jovens, em cujas vidas e esperanças os confinamentos têm tido um custo particularmente elevado, e na ajuda à integração dos refugiados nos mercados de trabalho da Europa.

Aceda a esta publicação aqui:
https://www.cedefop.europa.eu/files/9177_pt.pdf



Formação em contexto de trabalho e a transição verde

Quais as competências necessárias para apoiar a transição verde? A formação em contexto de trabalho pode ajudar a atingir esse objetivo?

O folheto do grupo de trabalho interinstitucional sobre formação em contexto de trabalho – composto pela OCDE, Cedefop, OIT, ETF e UNESCO – aborda estas questões, refletindo sobre o papel da formação em contexto de trabalho para enfrentar a transição verde permitindo condições para desbloquear o seu potencial. A publicação também inclui uma definição de ‘competências para a transição verde’, acordada por todas as agências integrantes do grupo de trabalho.

Aceda a esta publicação aqui:
<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications/223>

WORK-BASED LEARNING AND THE GREEN TRANSITION

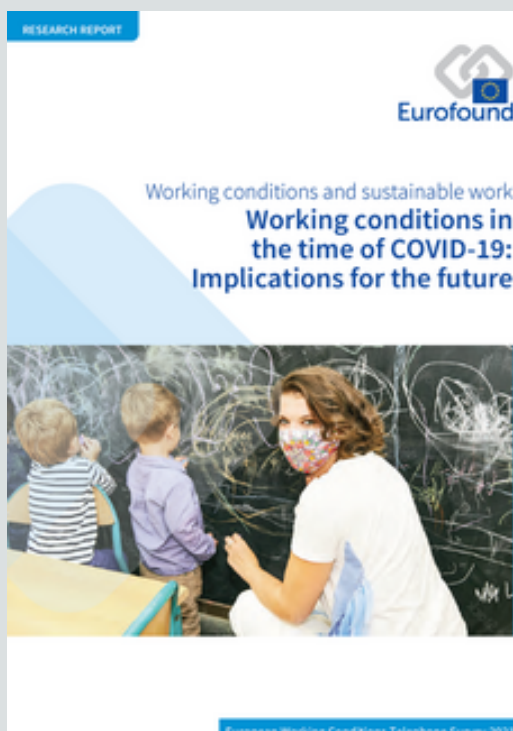


Microcredenciais para a educação e a formação no mercado de trabalho

Embora este tema tenha ganho importância no contexto do ensino superior, o enfoque no ensino e formação profissional faz jus à complexidade dos microcredenciais em educação, formação e aprendizagem para o mercado de trabalho europeu. Os resultados mostram que as microcredenciais só recentemente se tornaram proeminentes nos debates a nível político em toda a Europa, apesar da existência há muitas décadas de cursos de curta duração e credenciais que apoiam a educação e a formação relacionados com o mercado de trabalho. Embora haja incerteza relativamente à nomenclatura e função das microcredenciais, existem benefícios claros em relação à sua flexibilidade e capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho.

Aceda a esta publicação aqui:
https://www.cedefop.europa.eu/files/5587_en.pdf





Condições de Vida em tempos de COVID-19: implicações para o futuro

Os resultados finais da 5ª rodada do exclusivo inquérito online **Viver, trabalhar e COVID-19** estão agora disponíveis numa ficha técnica conjunta da Eurofound e da Fundação Europeia de Formação, abrangendo a UE27 e 10 países vizinhos selecionados. O estudo, lançado pela Eurofound no início de 2020, visa captar o amplo impacto da pandemia no trabalho e na vida dos cidadãos da UE. Lança também uma luz sobre uma nova realidade incerta causada pela guerra na Ucrânia, pelo aumento record da inflação e as conseqüentes sérias preocupações sobre os aumentos acentuados no custo de vida.

Aceda a esta publicação aqui:

https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef22012en.pdf

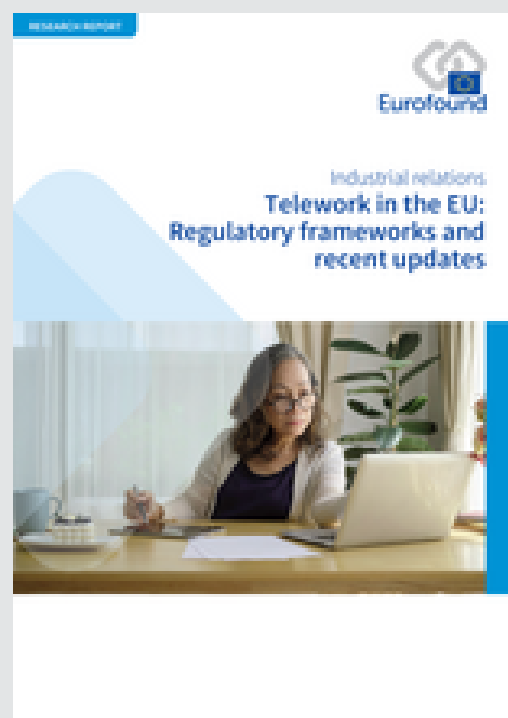
Teletrabalho na UE: Quadros regulamentares e atualizações recentes

Principais conclusões

O teletrabalho veio para ficar. A monitorização dos desenvolvimentos nos Estados-Membros deve continuar a ser uma prioridade para os decisores políticos, especialmente em questões como os diferentes tipos de acordos de teletrabalho, a organização do tempo de trabalho, o direito à desconexão, o direito de solicitar teletrabalho, a relação entre teletrabalho e igualdade de género, trabalho- equilíbrio de vida e riscos psicossociais. Para os teletrabalhadores em toda a UE serem protegidos igualmente, serão necessários padrões similares.

Não existe uma abordagem única para regulamentar o teletrabalho, pois o trabalho remoto requer diferentes combinações de regulamentação, políticas e cultura de trabalho. O diálogo social pode desempenhar um papel crítico nesta matéria, de forma a proteger os trabalhadores e a criar resultados positivos para empregadores e trabalhadores.

Dez países adotaram nova regulamentação sobre teletrabalho desde o início da pandemia, destacando a importância de desenvolver ainda mais a capacitação para o diálogo social.



Aceda a esta publicação aqui:

https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef22032en.pdf